

# DISCURSO, REFORMA DO ESTADO E IDEOLOGIA NEOLIBERAL NO GOVERNO COLLOR

Gustavo Biasoli ALVES

([gbiasoli@uol.com.br](mailto:gbiasoli@uol.com.br))

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/ Fundação  
Araucária

## 1- Introdução:

Antes de começar a debater o tema, gostaria de agradecer à amiga Lucília Romão, que me deu um grande auxílio nos percalços iniciais da AD – Análise do Discurso (são Tantas Palavras!!), à profa. Céli Pinto, que me orientou e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, onde defendi a Tese de Doutorado<sup>1</sup> que embasa este *paper*, e aos alunos do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Letras Linguagem e Sociedade da Unioeste<sup>2</sup>, com os quais venho debatendo várias das idéias aqui presentes<sup>3</sup>.

Discute-se neste trabalho como a Reforma do Estado apareceu nos discursos do presidente Collor de Mello, verificando como, através destes discursos, se estrutura um campo de disputas em torno da Reforma do Estado.

Partiu-se do pressuposto de que, vindo no contexto da Crise do Estado e da implantação de políticas neoliberais em todo o mundo, Collor de Mello incorporou, em seus pronunciamentos, uma série de elementos da realidade e organizou-os de tal forma a compor um todo que permitiu a ele obter sucesso em passar para a maioria da população a idéia de que o modelo de Estado vigente até então era arcaico e inadequado, e que se estava propondo um outro modelo bom e ajustado às necessidades do momento. Outro pressuposto é que isto foi feito através do aporte de novos significados para o Estado, ligando uma visão desestatizante, já presente no mundo, com a realidade do país, estabelecendo vínculos entre seu projeto político, o passado, o presente e uma perspectiva de futuro para o País, num processo de elaboração, transmissão e tentativa de fixação de idéias e de um projeto político, procurando criar novas formas de assentamento (*embedness*) e relacionamento entre Estado e Sociedade, dando ao primeiro novas formas de legitimação e racionalidade.

---

<sup>1</sup> A Tese (Alves, 2004) pode ser lida ou baixada no site da biblioteca virtual da UFRGS (<http://www.biblioteca.ufrgs.br/bibliotecadigital/2005-1/tese-csh-411943.pdf>). Lá está presente uma descrição e uma discussão mais extensa dos resultados aqui expostos.

<sup>2</sup> <http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/>

<sup>3</sup> Nenhuma das pessoas citadas neste agradecimento é, evidentemente, responsável pelos equívocos que por ventura eu tenha cometido.

Este tipo de estudo é importante porque a maioria das análises que justificam a penetração da ideologia neoliberal na América Latina tem como matriz de explicação ou a conjuntura econômica internacional ou a pressão de organismos internacionais, como o Banco Mundial, o BID e o FMI, mas nenhuma delas se preocupou em avaliar como os atores políticos internos se posicionaram quer frente ao quadro externo (realidade econômica e teorias), quer frente às questões internas de cada país, ou seja, como procuraram equacionar as questões envolvidas na transição democrática e na Crise do Estado nos anos 80.

“Para superar estas limitações seria necessário combinar duas abordagens: a histórico-cultural e a estratégica. Seria preciso especificar a maneira pela qual as propriedades emergentes – por exemplo, a globalização dos mercados financeiros, ou os novos regimes delineados na Rodada Uruguai do GATT – comparecem no processo político estruturando os espaços onde se travam as lutas, condicionando os recursos mobilizáveis pelos contendores e delimitando, em cada momento, o âmbito de suas alternativas. Sem por isso desconhecer que esses elementos, ditos objetivos, são resultados cristalizados de lutas passadas. E que, no presente, eles são mediados pela percepção dos atores, cujas escolhas são irreduzíveis às condições subjacentes e têm o dom de criar, por si mesmas, novas realidades”. (CRUZ, 1998, p. 10).

Todo esse processo teve de encontrar corpo, materialidade. Entende-se que um destes corpos foram os pronunciamentos oficiais sobre a Reforma do Estado, e a pesquisa visou reconstruir este corpo, trazendo como a Reforma do Estado esteve presente nos pronunciamentos de Collor de Mello.

Levantaram-se, como questionamentos: Como o contexto histórico no qual se deu a Reforma neoliberal do Estado aparece no discurso? E as realizações? Como se justificou a implementação das medidas? Que papel o Estado teve e deveria passar a ter? Quais foram os aliados e opositores deste projeto e em nome de quem e de que ele deveria ser implementado? Através de que estratégias discursivas isto foi passado para a população? Que relações tudo isto guarda com o Estado precedente? As hipóteses foram: a) que a Reforma do Estado esteve presente nos pronunciamentos do presidente Collor de Mello desqualificando o Estado precedente, relacionando essa desqualificação com os principais problemas enfrentados durante a transição; b) que, junto com a resolução dos problemas da transição, impôs-se também a necessidade de combater a corrupção e a urgência de implementar uma nova matriz de Estado (neoliberal), para que se pudesse chegar a um futuro de justiça social, associando as reformas com o desenvolvimento e a modernização.

Definindo a metodologia utilizada, a Análise do Discurso, tem-se que Foucault marca que os discursos, "tais como podemos ouvi-los, tais como

podemos lê-los sob a forma de texto, não são, como poderia esperar, um puro e simples entrecruzamento de coisas e palavras", definindo sua busca como sendo: "não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representação), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos" (FOUCAULT, 2000, p. 56).

A relação entre texto, contexto e ideologia constitui o cerne da Análise do Discurso, num percurso que se inicia com V. N. Voloshinov (Bakhtin), tendo ênfase em Pechêux e chegando aos pós-marxistas, entrando-se num terreno onde, conforme analisa Eagleton, a ideologia passa a ser um fenômeno discursivo e semiótico, o que é "ênfaticamente sua materialidade (já que os signos são entidades materiais) e preservar o sentido de que ela diz respeito essencialmente a *significados*" (EAGLETON, 1997, p. 171). Ou seja, caracteriza-se a ideologia como um fenômeno social e discursivo, e então, no campo interdisciplinar que é a Análise do Discurso, o conceito de ideologia deve passar por uma reformulação desde suas conceituações clássicas, pois, no caso das relações entre Linguística e Ciências Sociais, nem a primeira deve tomar a segunda como um dicionário, assim como, no caso da segunda, a redefinição do conceito de ideologia vinda com o contato com a Linguística permite ou leva a um rompimento com a visão de ideologia presente nos "grandes relatos", em especial no marxismo.

Partindo desta última premissa e analisando intrinsecamente as relações entre discurso, ideologia e política, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em *Ideology and Socialist Strategy* (Laclau e Mouffe, 1985) endossam que não há conexão lógica entre posição de classe e posições político-ideológicas, sendo isto o resultado de uma construção, onde o discursivo assume sua importância, visto que é a partir daí que hegemonias podem ser construídas, e que é a hegemonia política que cria os agentes políticos, tornando-se circular, auto-referente, emprestando aos agentes uma identidade diferente, própria, transformando o que os autores definem como elementos em momentos, chegando a uma prática articulatória e a um discurso.

De acordo com estes autores, momentos são posições diferenciais na medida que aparecem articuladas dentro do discurso e elementos são as diferenças que não estão discursivamente articuladas e "We will call articulation any practice establishing a relation among elements such that their identity is modified as a result of the articulatory practice. The structured totality resulting from that articulatory practice we will call discourse" (LACLAU E MOUFFE 1985, p. 105).

Discurso é, portanto, um texto, que deve ser entendido em seu contexto, e que expressa uma ou mais relações sociais. O discurso pressupõe um sujeito que o emite usando uma linguagem historicamente dada, e que assim procura interpelar um ou mais sujeitos que o recebem com o fim de construir ou desconstruir uma realidade histórica e discursiva. Estabelecer um discurso é,

portanto, uma prática constante e sempre apenas parcialmente bem sucedida de fixar significados através da articulação de elementos presentes em outros discursos e na vida da sociedade em geral.

É importante ainda destacar as relações entre práticas discursivas e não-discursivas, onde se tem que o discurso e o local onde está sendo enunciado não existem um sem o outro e ambos se modificam mutuamente. O discurso político não existe sem o ato político, a proposta de reformas inclusive. Mas, se isto é verdade, também o é que o discurso modifica este ato porque o significa em seu interior, e também porque, sem a existência de um pronunciamento, de uma fala, poucos atos políticos teriam sentido.

Nas relações entre discurso e política, outro ponto a ser destacado é o poder do discurso, ou seja, até que ponto o emissor é capaz de conseguir um eco do receptor. Ou, até que ponto um discurso tem “capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos” (PINTO, 1988, p. 36), dando sentido a uma sociedade e exercendo sua dominação<sup>4</sup>.

O discurso exerce sua condição de poder quando tem capacidade de transformar suas condições de emergência em condições de existência e de construir estas últimas em seu próprio interior, em suma, de institucionalizar-se, sendo esta a forma como um discurso encontra seu lugar na pluridiscursividade do social.

Assim, estabelecer um discurso é fazê-lo hegemônico, fazê-lo ouvido e repetido, construindo-se enquanto um sujeito que pode falar sobre algo a outrem, significa recriar as condições de existência de tal forma a poder responder: Quem pode falar? O quê? Para quem? Em que lugar? Isto é, interpelar os demais sujeitos de tal forma a buscar deles uma adesão incondicional ao proposto pelo emissor e o reconhecimento de sua liderança intelectual, vencendo a luta política, e, no caso aqui em tela, conseguindo condições suficientes ou boas para a implementação de um projeto de Reforma do Estado calcado no neoliberalismo.

Tendo conceituado discurso, deve-se apresentar como o *corpus* foi construído e analisado. Optou-se por utilizar, como material de análise, os pronunciamentos feitos por Collor de Mello abrangendo o período 1990-1992, destacando-se, para análise, cinco deles referentes à Reforma do Estado: o de Posse, um pronunciado numa reunião ministerial ao final do primeiro ano de governo, outro ao segundo, e um pronunciado quando da comemoração do

---

<sup>4</sup> Weber (1999) define dominação como sendo a capacidade de um indivíduo ou grupo impor seu comportamento ou sua vontade a *outrem*. Em sua obra, o pensador alemão dirige suas reflexões para a tipificação da dominação e da legitimidade, focando seus estudos na burocracia, nos partidos e no Estado. Um estudo bastante pertinente das relações entre fala/língua e dominação como poder simbólico nos é dado pela obra de Pierre Bourdieu, em especial *A Economia das Trocas Lingüísticas* (1998) e *O Poder Simbólico* (2000).

primeiro ano de vigência das principais medidas adotadas com relação à Reforma do Estado.

Definiram-se os temas presentes nos pronunciamentos, e como e se estes estão articulados em torno da Reforma do Estado. Feito isto, a análise identificou quais foram os sujeitos enunciadore e enunciados e o que foi dito a eles sobre a Reforma do Estado, bem como o que foi dito sobre sua atuação com relação às políticas de Reforma do Estado proposta pelo Governo Collor de Mello. Marcou-se também quem foi constituído como não-sujeito, enfim, procedeu-se à análise dos pronunciamentos tendo como foco a questão dos significados dados ao Estado precedente e sua crise, aos problemas existentes durante o processo de transição dual???, ao neoliberalismo e às ações do governo para a solução dos problemas e implementação de um novo modelo de Estado, bem como à posição/atuação de outros agentes políticos.

Discute-se a relação entre discurso, Reforma do Estado e ideologia neoliberal no governo Collor ao longo dos itens 3 a 6 deste *paper*, itens que abrangem as articulações tecidas em torno da Reforma do Estado, de seu propositor/implementador (governo), de seus aliados e opositores. A título de complementação destas análises, apresentam-se também alguns destes aspectos num artigo de Collor de Mello intitulado *A Visão de Quem Viveu o Fato*, escrito após a renúncia. Antes disto, contudo, é necessário apresentar a transição democrática e a Crise do Estado no Brasil nos anos 80.

## 2 - A crise do Estado no Brasil nos anos 70, 80 e 90: o esgotamento do modelo seguido até então:

Antes de adentrar na discussão elencada nos últimos parágrafos da introdução analisando o discurso do presidente, é necessário detalhar o que caracterizou a Crise do Estado nos anos 70, 80 e 90.

“O Estado entra em crise fiscal, perde em graus variados o crédito público, ao mesmo tempo, vê sua capacidade de gerar poupança forçada a diminuir, senão a desaparecer, à medida que a poupança pública, que era positiva, vai se tornando negativa. Em conseqüência, a capacidade de intervenção do Estado diminui dramaticamente. O Estado se imobiliza”. (BRESSER PEREIRA, 1998a, p. 54).

Além disto, conforme Rocca (1992) e Bresser Pereira (1998) apontam, houve um aumento excessivo da inflação que levou a um controle distorcido dos preços, do que derivou uma diminuição dos investimentos e a maior concentração de renda<sup>5</sup>.

Caracteriza-se a Crise do Estado então por: a) paralisia fiscal; b) paralisia do desenvolvimento e, em conseqüência disto, crise econômica, política e social, pois a pressão da dívida levou à adoção de políticas de contenção do crescimento, de recessão e ao diagnóstico de que o modelo de Estado vigente apresentava sérios problemas. O Estado entra então numa crise de racionalidade (gastos/benefícios) e de legitimação (não promove mais o desenvolvimento econômico e o bem-estar).

Esta crise leva a uma reversão, uma “reviravolta” (nas palavras de Cruz, 1998) no modelo de desenvolvimento econômico e de intervenção estatal seguido desde a década de 30.

“Reviravolta. De fato, a extensão e a profundidade da mudança dificilmente poderiam ser exageradas [...] No que tange aos países do Terceiro Mundo, eles haviam abandonado suas antigas veleidades e, tendo aceitado terapias penosas para estabilizar economias, buscavam o caminho da prosperidade através da “opção pelo mercado”. Com efeito, a época da intervenção estatal direta para fortalecer a economia e guiá-la de acordo com concepções bem definidas do interesse nacional parecia definitivamente ultrapassada. No presente, os imperativos são outros: cortar gastos, eliminar subsídios, privatizar, abrir a economia, criar ambientes favoráveis aos investidores externos, na

---

<sup>5</sup> De acordo com a literatura específica analisada, em especial Moura (1990), as razões de o quadro ter atingido tal complexidade foram erros de estratégia de insistir em continuar com uma política de desenvolvimento, quando isto já não era mais possível devido à escassez de recursos internacionais. O assunto é melhor detalhado por Rocca (1992).

esperança de ganhar, com isso, acesso ao capital e aos mercados globais”. (CRUZ, 1998, p. 5-7).

Esta reviravolta mostra os limites e, ao mesmo tempo, a implosão dos conflitos e das contradições do modelo de Estado brasileiro até então (desenvolvimentismo)<sup>6</sup>, revelando assim os limites estruturais deste, mostrando que haviam chegado à sua fadiga. Cabe aqui, agora, um outro questionamento. Como estas reformas chegaram à região?

A idéia que norteou as políticas adotadas era a de que o déficit fiscal do Estado seria a causa maior da inflação e dos desajustes econômicos e sociais; portanto, este deveria ser o alvo inicial de uma Reforma do Estado<sup>7</sup>.

Como proposta para a resolução da questão fiscal, vem, então, uma readequação do gasto público à realidade da arrecadação, o chamado “ajuste estrutural”, a quebra dos monopólios estatais em setores-chave da economia, principalmente telecomunicações, energia e combustíveis, privatizações e uma reforma tributária. No entanto, a crise tem um caráter muito mais profundo:

“Por isso, se a crise atual representa, em nosso entender, um momento de máxima condensação dos conflitos que moveram um longo ciclo político-econômico de nossa história, ela também concentra em si, como anúncio e como impasse, as contradições que fizeram nosso desenvolvimento tão iníquo e politicamente instável. E é porque elas continuam vigentes que acreditamos que o desdobramento da crise será lento e doloroso, passando pela reestruturação de relações sociais inscritas na estrutura constitutiva do capitalismo industrial brasileiro, e envolvendo a necessidade imperiosa de reorganizar os próprios compromissos políticos que sustentaram o sucesso e a entropia do ciclo precedente”. (FIORI, 1989, p. 105-106).

Em sendo assim, a superação da crise envolve o realinhamento dos compromissos que embasaram o Estado precedente e a viabilização de uma nova forma de desenvolvimento, portanto a reestruturação das relações sociais e econômicas e de embasamento/relacionamento Estado e Sociedade, o que envolve pesados custos<sup>8</sup>.

<sup>6</sup> A literatura a respeito deste tema é bastante extensa e seria dispendioso relacioná-la ou analisá-la aqui. Isto é feito no capítulo 2 da Tese.

<sup>7</sup> Este diagnóstico esteve bastante associada às políticas que o Fundo Monetário Internacional propôs aos países em desenvolvimento, e Fiori (1997) afirma que estas vieram embutidas na renegociação das dívidas destes países. Além disto, Bresser Pereira (1998), Fiori (1997) e Cruz (1998) diagnosticam que as propostas do Banco Mundial e do FMI estavam baseadas na análise de que a crise do Estado nos países do Terceiro Mundo era fruto de um crescimento excessivo do Estado e, também, da existência de políticos populistas em seus parlamentos.

<sup>8</sup> Esta perspectiva é bastante abrangente, e vem sendo bastante desenvolvida nas Ciências Sociais. Alguns trabalhos oferecem boa visão panorâmica sobre o problema, tal é, por exemplo, a coletânea organizada por Bresser Pereira, Wilhelm e Sola (1999). Outros enfatizam especificamente a questão da sociedade civil (Nogueira, 1998 e 2004) e outros trabalham especificamente a questão da participação (Gohn, 2003 e Pinto

Estas condicionantes tendem então a dar o ritmo da implementação da Reforma do Estado e, como bem afirma Sola (1993), a mudança para o liberalismo e para a democracia faz com que a América Latina, e em especial o Brasil, se constituam em casos paradigmáticos de implementação de políticas neoliberais, o que a autora chamou de caso de *muddling through* entre neoliberalismo e democracia, porque combinou uma transição extremamente gradual para a segunda com um ajustamento estrutural lento, tardio, e indeterminado para o primeiro.

Então, “as reformas econômicas iniciadas por Collor exerceram por isso, uma função catalisadora poderosa” (SOLA, 1993, p. 163), que se traduziu, sob o ponto de vista da autora, na necessidade de formar um arcabouço tanto teórico quanto jurídico-político que legitimasse as reformas, ou seja, incorporar as elites políticas e econômicas que apoiaram o candidato em 1989 ao programa neoliberal. O mesmo deveria ser feito com o maior número possível de sujeitos sociais para que a oposição ao projeto fosse mínima.

### **3 -A Reforma do Estado nos pronunciamentos:**

A tônica da mensagem é a edificação de algo novo que vem para romper com estruturas velhas e colocar o País no rumo da modernidade, o que é dado pelo uso freqüente das palavras *reconstrução*, *projeto* e *modernização* e da idéia de “recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social” (MELLO, 1998a). Isto é dado pelo próprio título do Pronunciamento de Posse, que é *Projeto de Reconstrução Nacional*.

A reforma do Estado aparece então como componente de um processo de reconstrução e modernização, de remodelação de estruturas antigas, com vistas a torná-las adaptadas a novos tempos, num processo de rompimento com o passado e da instauração do desenvolvimento e da Nação em novas bases.

Sobretudo isto foi possível de ser verificado porque a Reforma do Estado e o projeto de reconstrução nacional do qual ela faz parte apareceram nos pronunciamentos presidenciais inicialmente através de uma série de equivalências e diferenças envolvendo os termos *inflação*, *democracia*, *liberdade*, *cidadania*. Estas equivalências (proposta de combate à inflação=democracia=liberdade=cidadania Estado anterior) servem para desqualificar o Estado anterior, levando a um rompimento com este e para permitir que Collor de Mello tente estabelecer-se como agente social capaz de, discursivamente e politicamente, estabelecer este rompimento. Assim é que, posteriormente, são ações do governo no combate à inflação, na restauração da cidadania e na implementação da economia de livre-

mercado é que darão a base. Detalham-se, inicialmente, as equivalências e diferenças e, a seguir, a maneira como as ações do governo foram significadas.

“A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado” (MELLO, 1998a). Ela é também definida como “o imposto mais cruel” (idem), o que é uma memória discursiva com o governo Sarney<sup>9</sup> (onde se tem a tentativa de estabelecer um momento), mas, ao associá-la a devassidão (vícios/descaramento), ela se torna um ponto unificador que abarca toda a gama de problemas que se vivia então e que permite a Collor de Mello trazer à tona, rememorar, política e discursivamente, toda a sua estratégia de campanha e, assim, construir um princípio para nortear as ações do governo e, conseqüentemente, o projeto de reconstrução nacional: derrotar a inflação e acabar com a imoralidade.

“Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. **Comigo** não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia. **Durante a campanha**, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços.” (MELLO, 1998a)<sup>10</sup>.

O pronome pessoal comigo destaca a posição que Collor de Mello quis buscar. Por outro lado, a expressão “Durante a campanha” mostra não só a memória do período eleitoral, como retoma a construção que lá o candidato fez de si (o moralizador, o combatente dos marajás, do “carnaval”). Assim, o combate à inflação aparece como um ponto centralizador de todo o processo de reconstrução nacional, e é a colocação que a origem da inflação é o gasto público desenfreado (carnaval dos gastos) que permite que se defina o papel da Reforma do Estado na erradicação da inflação, e na instauração do processo de reconstrução nacional e de modernização.

“Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos

---

<sup>9</sup> Ao analisar os significados dados ao termo *inflação* no discurso de Sarney, Pinto (1988) mostra que a inflação foi significada como O MAL, não havendo, portanto, nenhum outro, e representando ela todas as mazelas daquele governo.

<sup>10</sup> Grifos meus.

públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado.” (MELLO, 1998a).

Isto tudo “possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa.” (MELLO, 1998a)<sup>11</sup>.

Portanto, a Crise Fiscal aparece como um dos motivos, como um momento para a reforma, e também são feitas críticas ao período anterior através da qualificação de seu comportamento. A Reforma do Estado (moral, fiscal, patrimonial e administrativa) vem então como ferramenta para o fim da inflação e da desmoralização, para o desenvolvimento econômico através da recuperação dos investimentos.

Assim, promover a Reforma do Estado é não só atender ao chamamento da Pátria (um combate, uma guerra), como é também recuperar a moral, promover o desenvolvimento econômico, recuperar a liberdade e a justiça, enfim, resolver todos os problemas sociais e econômicos que se colocavam durante a transição democrática, portanto, é consolidar a democracia. A Reforma do Estado torna-se assim um ponto central, bem como a inflação. A reforma assume agora, em conjunto com o fim inflação, o papel de pressuposto para o desenvolvimento.

Há, posteriormente, uma articulação entre as questões da redemocratização, do papel e da importância do governo nela, da conquista das liberdades políticas, da democracia, dos direitos e da cidadania com a Reforma do

---

<sup>11</sup> Observe-se que a Reforma do Estado, tal como definida nos trechos acima, é idêntica à “receita” neoliberal, tal como Draibe (1993) a define.

Estado, onde esta última, em especial quanto às privatizações e à economia de mercado, aparece claramente como complemento das primeiras.

“Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição” (MELLO, 1998a).

Observe-se que a antítese corrupção X competição também recoloca construções feitas durante a campanha e que há também um outro trecho onde a liberdade aparece como fundamento para a Reforma do Estado:

“Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. [...]. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo<sup>12</sup> e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade cívica, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo” (MELLO, 1998a).

Princípio democrático, civismo e cidadania são então conceitos, elementos que nos remetem à liberdade, mas a libertação que se pretende é a libertação do homem dos grilhões do Estado (o que é propor uma nova forma de relacionamento entre Estado e Sociedade), idéia que nos é transmitida pela expressão “hipertrofia voluntarista de suas funções”, que aponta para uma distorção (algo ruim associado a “caos predatório”) da função do Estado. Portanto, a ideologia que embasa o discurso e que interpela os sujeitos está expressa na reformulação do conceito de liberdade *a la* Hayek (1987)<sup>13</sup>, na proposta de direitos mínimos que não prevêem o direito à igualdade pela ação do Estado (políticas públicas) e na crítica ao socialismo real/desenvolvimentismo

<sup>12</sup> Volta aqui novamente a idéia de amor à Pátria.

<sup>13</sup> Friederich Von Hayek (1987) é um dos *founding fathers* da teoria neoliberal. Para a caracterização desta, ver Bellamy (1994), Kuntz (1993), Merquior (1991), além de Sorman (1988).

(política de tipo messiânico). Em sendo assim, Collor de Mello filia-se a uma tradição do liberalismo brasileiro que argumenta que a interferência do Estado deve ser a menor possível<sup>14</sup> (outro elemento) e, àquele momento, tenta construí-la como vencedora sobre o desenvolvimentismo, que é inclusive colocado como fora de época, superado, derrotado<sup>15</sup>.

Portanto, retoma-se aqui a idéia de rompimento temporal que se buscou construir na Posse (já que esta é o ato inaugural de um governo, portanto, um rompimento com o anterior) para se colocar o que se quer com o Estado.

A articulação do discurso se torna mais clara ainda com os pronunciamentos subseqüentes ao de Posse. A análise deles revelou que se entende que as ações do governo (condições extra-discursivas) foram passos dados no sentido de implementar a Reforma do Estado e de estabelecer os rompimentos com ela pretendidos, de resgatar a dívida social, restringir o poder dos oligopólios e controlar a inflação implementando o Projeto de Reconstrução Nacional e tudo o que ele significava, inclusive novas bases de relacionamento entre Estado e Sociedade.

A definição de economia de livre-mercado, presente no pronunciamento abaixo, exemplifica isto. Vale destacar que, inicialmente (Pronunciamento de Posse), a linha mestra do governo não possuía uma nomenclatura tão explícita assim.

“Parto de quatro premissas que julgo imprescindíveis à consolidação no Brasil, de uma autêntica Economia Social de Livre-Mercado.

A primeira consiste em que a economia de livre-mercado é o sistema mais eficiente na geração sustentada de riqueza e **verdadeiro substrato material das liberdades modernas.**

A segunda reconhece que o jogo do mercado, por si só, não é condição suficiente dessas liberdades, e tampouco se tem provado capaz de promover a distribuição de renda indispensável à criação de uma sociedade plenamente desenvolvida.

A terceira afirma que a conciliação adequada da economia de mercado com a ação reguladora do Poder Público exige uma “parceria social”, em que a luta de classes é substituída pela

---

<sup>14</sup> Foi famosa a polêmica entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin a respeito do planejamento. Esta prevaleceu durante o Regime Militar. Entretanto, os liberais brasileiros, embora coadunem com várias posições de Collor de Mello, também teceram severas críticas, chegando inclusive a questionar o caráter liberal de seu governo (por causa do confisco da poupança). Exemplo disso são os artigos de jornal de J. O. Meira Penna e de outros autores publicados em Barros (1998).

<sup>15</sup> O tempo aqui vai para além das questões puramente gramaticais, sendo marca de uma época histórica e de um momento político, o que mostra o quanto sua análise é essencial para a AD.

cooperação de classes – será uma cooperação abrangente que une todas as células vivas da sociedade<sup>16</sup>.

A quarta e última premissa estabelece que o pluralismo político numa democracia não pode esgotar-se na divergência natural de posições, e deve levar ao surgimento de bases consensuais para um projeto nacional. A liberdade econômica, a distribuição de renda, a dimensão do ideal do Estado, a solidariedade entre as classes e a democracia como fonte do entendimento são, por conseguinte, as características essenciais desse projeto de modernização” (MELLO, 1998c)<sup>17</sup>.

As premissas são momentos para a economia social de livre-mercado e a palavra *substrato* é indicativa de que as liberdades econômicas são a base para a conquista das liberdades civis e políticas, para o que há a necessidade de um “entendimento”. Portanto, os sujeitos devem ser interpelados e a autoridade do governo, enquanto emissor de um discurso/propositor da Reforma do Estado, deve ser reconhecida, estabelecendo-se a hegemonia.

No entanto, a idéia de que o mercado não é o único fiel destas premissas tem maior destaque neste Pronunciamento que no momento da Posse, e há uma associação interessante disto com a “cooperação de classes”, idéia que aparece como justificativa para a anulação da oposição radical por parte da classe trabalhadora<sup>18</sup> (substituição da luta pela cooperação), em nome do que é proposto um “entendimento” baseado na democracia.

Isto é definir melhor algo que no Pronunciamento de Posse foi apenas tangenciado. Está presente a idéia de que a Reforma do Estado é pressuposto para a justiça e harmonia social. Lá, no entanto, isto é colocado de uma maneira geral, através da equação Estado Esbanjador = Inflação = Injustiça = Imoralidade. Aqui aparece novamente a função do Poder Público como corretor das injustiças e somente quando da concretização daquilo que o governo está fazendo (tentativa de construir um momento) em nome da sociedade é que a economia social de livre-mercado estará plenamente constituída e se estará num país moderno, reconstruído e este é o princípio norteador das ações do governo, sendo esta uma prática articulatória que se quis construir.

Desta forma, parte o presidente para uma definição mais clara, que no momento da posse, de qual seja o papel do Estado:

---

<sup>16</sup> Como no próprio pronunciamento o ex-presidente marca, estas idéias estão baseadas em San Tiago Dantas e José Guilherme Merquior. A presença das idéias de “parceria social” e substituição da luta pela “cooperação de classes”, através de um debate com as “células vivas” da sociedade, visa deslegitimar a posição da oposição. Num certo sentido também, o proposto recupera a idéia de “pacto social” de Sarney.

<sup>17</sup> Grifo meu. A quarta premissa já havia sido tentada por Sarney antes, através da proposta de um “pacto social” contra a inflação, intento que, por diversas razões, fracassou. A premissa será posteriormente expressa melhor através da proposição de um consenso, conceito analisado posteriormente.

<sup>18</sup> O que remete à figura do “descamisado”.

“Na produção de bens e serviços, a participação do Estado na economia deve restringir-se àquelas atividades essenciais que, por sua baixa rentabilidade direta ou lentidão de retorno, não consigam atrair o setor privado.

Nos outros campos, inclusive no domínio da infra-estrutura, parece mais vantajoso deixar nas mãos da livre-iniciativa, financiada por capitais nacionais ou estrangeiros, a tarefa principal de atender às demandas dirigidas ao mercado” (MELLO, 1998c).

É colocado, contudo, que o Estado deve atuar como regulador das atividades do mercado, e anteriormente ficou clara a articulação tencionada por Collor de Mello entre as liberdades políticas, a cidadania, a Reforma do Estado, a modernização e a reconstrução nacional. Portanto, repetindo e rememorando esta articulação é que se coloca que não há outra opção possível que ir rumo à economia de livre-mercado, tal como o governo vinha procedendo e continuará a proceder.

Isto aparece ainda mais claramente nos pronunciamentos analisados para o ano de 1991, onde há um aprofundamento do conteúdo da Reforma do Estado, o que vem através da reiteração da necessidade de consenso em torno do que estava sendo proposto.

Qual é este conteúdo? A democracia e a cidadania foram construídas como consolidadas ou em fase de consolidação; o desafio é transformar em consenso e aprofundada realidade os fundamentos da Reforma do Estado e da economia social de livre-mercado:

“Os fundamentos da agenda são conhecidos e estão incorporados nos objetivos seguintes, já ratificados por nossa sociedade:

- o controle da inflação, com uma moeda estável sem o que não retomaremos o crescimento, com prejuízos também para a imagem externa do País e para a própria auto-estima do povo brasileiro;

- o saneamento das finanças públicas, por meio de um ajuste fiscal vigoroso, sem o que nem o controle da inflação será obtido, nem haverá a recuperação do crédito público, necessária para ampliar os investimentos em infra-estrutura e serviços públicos, os governos estaduais têm particular responsabilidade nesse processo: é muito importante que o alívio resultante da rolagem de suas dívidas não se transforme, em função do calendário eleitoral ou por qualquer outro motivo, em prejuízo para o esforço de ajuste;

- a reestruturação e o redimensionamento do Estado, com a desestatização, as reformas fiscal, administrativa e patrimonial, a

renegociação da dívida externa e o fim às inibições legais ao ingresso do capital externo, sem o que o saneamento das finanças públicas não será realizado;

- a reorientação do Estado para as suas tarefas típicas como a educação, a saúde, o saneamento básico, a habitação popular, a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural, a justiça, a segurança pública e nacional, sem o que a harmonia social não será conquistada, comprometendo a qualidade do desenvolvimento econômico;

- a modernização da economia, com uma crescente produtividade gerada pelo aprimoramento da educação e da formação profissional do trabalhador brasileiro, pelo avanço tecnológico e pelo estímulo à competitividade em mercado preservado dos abusos do poder econômico e do excesso de regulamentação;

- a qualidade do trabalho, a eficiência produtiva e o aprimoramento dos mercados devem estender-se a todos os setores, em particular à agricultura e à reforma agrária, sem o que a alimentação e outras necessidades básicas do nosso povo ficarão prejudicadas – precisamos, também, dispor de excedentes para comercializar com outras nações” (MELLO, 1998d).

Nestes trechos se propõe a “reorientação do papel do Estado”. O fato de permanecer a partícula "re-" é indicativo dos limites a que se chegou. A necessidade de reorientar é sinônimo de que há ainda uma reconstrução por terminar. Esta (re)construção é o próprio sentido de modernidade, é o processo de refazer, reconstruir, remoralizar a Nação, alvo tencionado desde o início do governo e do qual a Reforma do Estado é parte integrante.

Colocando isto como uma realidade em construção é que se coloca a necessidade de seguir adiante através do estabelecimento de um consenso para que se opere a Reforma do Estado, e uma das formas que se tem de obtê-lo é mobilizar a classe política e a sociedade através do discurso (ver a construção dos sujeitos logo a seguir).

Embora, então, muito se tenha evoluído com as ações do governo, a Reforma do Estado e a liberação econômica são os últimos patamares a serem conquistados. Tudo aquilo que foi proposto em 1989, que teve seu início em 15 de março de 1990 e que se encontrava numa encruzilhada no início do ano de 1991, são processos em implantação e as bases para isto estão dadas pelas próprias ações do governo, pelas privatizações, pelas Reformas Administrativa, Tributária e Constitucional, e pela quebra de monopólios e reserva de mercado para se alcançar a justiça social.

No entanto, a idéia de que existe a necessidade de criar um consenso mostra que, embora silenciada discursivamente, a oposição estava ativa, ou seja, existiam discursos, articulações e posições contrárias na sociedade.

Este elemento pouco aparece. Esta não é a visão presente no pronunciamento, ao contrário, este articula e enfatiza vitória na fixação de sentido, uma hegemonia, portanto (veja-se, como exemplo, a frase que inicia a próxima citação e também a noção de que os princípios já estão incorporados e ratificados pela sociedade) e coloca que os obstáculos são de ordem fiscal e democrática, “mas os recursos são limitados e exigem o estabelecimento de prioridades, e a escolha dos instrumentos deve ser definida democraticamente. A sociedade brasileira deve decidir o que quer, como quer e quando quer, dentro das limitações impostas pela realidade” (MELLO, 1998d).

Ou seja, é a questão fiscal, é a solvência do Estado e a ausência de um consenso em torno de quais medidas adotar, e não o sentido destas, que emperram o adentrar na modernidade. Estes são agora, então, os últimos obstáculos.

#### **4 - Os apoiadores, propositores, implementadores e opositores da reforma:**

Uma vez tendo apresentado a mensagem, ao analisar o discurso de Collor de Mello sobre a Reforma do Estado, discorre-se neste momento sobre a tentativa de construir um arco de apoio, ou seja, sobre os sujeitos que tenta interpelar colocando que obrigatoriamente devem estar a favor das reformas pretendidas. Depois se apresenta o emissor e a oposição.

O presidente tenciona, com destaque, construir o Congresso Nacional como apoiador. Seguidas vezes, no Pronunciamento de Posse, enuncia: “Senhores Congressistas” e a seguir discorre sobre seu projeto, e nos outros destaca o papel do Congresso Nacional como fórum de discussão e apoio das medidas governamentais. O Congresso é entendido como “penhor da liberdade, evidência da democracia” e, também, “berço da lei e espelho da opinião” (MELLO, 1998a). A construção da mensagem sobre a Reforma do Estado e, posteriormente, a do sujeito emissor, também mostram que o governo é construído como implementador das liberdades. Se o Congresso é “penhor” desta e “evidência” da democracia, tenta-se articular que este é um garantidor do governo. Colocando-o desta forma, o presidente coloca, na verdade, toda a Nação e, significando-o como “berço da lei”, a idéia que se quis construir é a de que o Congresso tem respaldo, não é arbitrário, está em consonância com a democracia e com o estado de direito. Em sendo assim, o que obtiver o seu aval também o terá e estará.

Assim: “É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de

reconstrução nacional” (MELLO, 1998 a). A idéia de apresentar o projeto de reconstrução nacional, e dentro dele a proposta de Reforma do Estado e de modernização, perante o Congresso é referendá-los frente à democracia, à liberdade, à lei e à Nação.

Por isto se traz essencialmente, perante este sujeito, as “diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional” (MELLO, 1998a), que, conforme o presidente afirma, foram consagradas “pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989” (idem). Ou seja, todo o passado legitima o rompimento que se pretende instalar no presente (momento da Posse), e todos devem sujeitar-se a elas em nome da democracia. Em outras palavras, isto é colocar para o sujeito enunciado (deputados e senadores) a obrigatoriedade de continuar agindo como se colocou que este vinha agindo, ou seja, apoiar a Reconstrução Nacional, a Reforma do Estado e a modernização e não ser uma oposição a este, o que mostra que está subentendida a noção de que o Congresso o poderia ser.

Ao longo do governo, Collor de Mello continuou tentando construir os demais poderes como aliados do governo, e com o conceito de que há participação conjunta destes na tomada de decisões. Buscou formar a noção de que há co-responsabilidade entre eles. Assim é que busca nas ações do Judiciário um esteio e uma referência norteadora para o que estava sendo feito: “As decisões do Supremo Tribunal Federal têm sido **bússola firme** na defesa da constitucionalidade. O Tribunal Superior do Trabalho vem contribuindo decisivamente para aproximar empresário e trabalhadores” (MELLO, 1998b)<sup>19</sup>.

O Congresso foi continuamente instado a juntar-se ao Executivo. Observe-se o substantivo “ pilar-mestre” no trecho abaixo:

“O Parlamento, agora renovado, tem de ser o pilar-mestre na construção da nova realidade. Ele é a síntese de todos os poderes. Numa democracia institucionalizada, o Presidente da República deve ser árbitro e também assumir seu papel constitucional de liderança. Não pode, porém, ser protagonista isolado. A classe política deve articular-se para compartilhar com o Executivo a responsabilidade de mudar o Brasil” (MELLO, 1998b).

Se o Parlamento foi antes o fiel da transição para a democracia, deve ser agora peça fundamental, de alicerce, na consolidação da modernidade e mudança do Brasil. O verbo *ter* no imperativo transmite esta idéia.

Portanto, repetindo enunciações já presentes no Pronunciamento de Posse (o que é trazer à tona as construções lá feitas), o presidente mantém a idéia de tornar o Poder Legislativo Federal sujeito assujeitado de seu discurso, sendo que ali obteve vitórias e derrotas, pois o Congresso Nacional algumas vezes fez oposição ao governo revogando ou não aprovando várias das medidas que este propôs, sobretudo aquelas referentes ao Plano Brasil Novo (Plano Collor I) (o

<sup>19</sup> Grifo meu.

mesmo vale para o Judiciário), entretanto nestes dois lugares o presidente conseguiu também vitórias importantes que possibilitaram o início do processo de Reforma do Estado<sup>20</sup>. No intuito de anular as derrotas e maximizar as vitórias construindo uma hegemonia, Collor de Mello buscou edificar a noção de que até mesmo ações do governo que obstaculizavam o Congresso Nacional (uso de Medidas Provisórias) eram positivas:

“O controle da inflação, a Reforma do Estado, as transformações estruturais que o país reclama, exigiam ações decisivas e tempestivas. A hiperinflação, o desperdício abusivo dos recursos escassos do setor público, a manutenção de privilégios odiosos que beneficiavam certos segmentos, a luta contra a miséria demandavam determinação e pulso da parte do governo<sup>21</sup>. Para o trabalhador, que via minguar a cada dia seu poder aquisitivo, que via faltar à mesa o alimento para a sua família, as soluções não podiam tardar. Ele desejava respostas urgentes para seus problemas, e tinha o direito de pleiteá-las” (MELLO, 1998b).

Controle da inflação, Reforma do Estado e transformações estruturais foram tidos como os alvos centrais do Projeto de Reconstrução Nacional no Pronunciamento de Posse, então sua colocação aqui como um direito do trabalhador é bastante reveladora de uma estratégia – permanece a idéia lá presente de que o governo Collor vem para ampliar os direitos da classe trabalhadora, de que ele, e não a oposição, é que representa os interesses desta, repetindo uma articulação já tencionada desde a campanha e justificando assim o uso das Medidas Provisórias (ações decisivas e tempestivas). O mesmo raciocínio é feito quando se busca articular que as ações da Justiça têm contribuído para aproximar empresários e trabalhadores. Nas palavras do próprio governo, esta foi a intenção da política trabalhista por este adotada.

A classe trabalhadora foi construída como membro direto do governo: “E foi nessa mesma intenção<sup>22</sup> que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder” (MELLO, 1998a) e também como aquela em nome de quem o governo está agindo (*vide* citação presente à p. 23).

Com isto, Collor de Mello silencia ou tenta passar uma idéia contrária da extrema oposição que os sindicatos lhe faziam, e visa tirar destes o papel de emissor de um discurso que contenha os interesses da categoria, tentado silenciar não apenas seu opositor mais direto no pleito de 1989 (Lula), mas também reafirmar a posição de que o socialismo não era possível, havia acabado e devia ser substituído por sua nova proposta, e que a classe trabalhadora deveria juntar-se ao governo..

---

<sup>20</sup> Exemplos disso são as privatizações e a colocação de funcionários públicos em disponibilidade remunerada.

<sup>21</sup> Grifo meu.

<sup>22</sup> Como se verá mais adiante, de romper com o governo das elites.

Continuando a tentar interpelar o Congresso Nacional, Collor de Mello coloca que este não deve ser lento, moroso, que deve pautar suas ações pelo interesse da Pátria, e agora também como responsável pelas mudanças constitucionais, e o *locus* onde o consenso se produzirá:

“Colher essas vontades e articulá-las na forma de uma vontade coletiva é um processo complexo e cada grupo terá contribuições próprias a dar.

É um processo que começa das raízes, das bases, para culminar no Congresso Nacional.

No diálogo entre o Governo e o Congresso, ambos respaldados pela legitimidade do mandato popular, chega-se a uma síntese dessa "vontade coletiva"” (MELLO, 1998d).

Tendo então definido desta forma o Congresso Nacional e o interpelado a juntar-se ao arco de forças favorável ao Projeto de Reconstrução Nacional, e, conseqüentemente, à proposta de Reforma do Estado nele implícita, Collor de Mello tenta ampliar este arco, constituindo como sujeitos de seu discurso os partidos e a classe trabalhadora.

“Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.” (MELLO, 1998a).

A constituição do arco de apoio completa-se com a construção do sujeito Povo Brasileiro. Este é um sujeito construído de uma forma extremamente vaga. Ele é composto por pessoas de “norte a sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais” (MELLO, 1998a), que se revoltam “contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em

conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar” (idem), ou seja, todos os que são contrários à desmoralização e ao que ela representa. Esta articulação foi repetida *ad nauseum* nos pronunciamentos.

Desta forma, Collor de Mello procurou construir uma simbiose, colocando-se como o representante da Nação e da classe trabalhadora. A articulação em torno do governo fica mais clara no item abaixo.

### **5 - O emissor no discurso:**

Se, durante a campanha, Collor de Mello buscou construir sua imagem como moralizador, e o período que se vivia como o da iniquidade, agora no governo, torna-se necessário não só continuar com este estabelecimento, mas também aprofundar a ruptura iniciada, marcando quem é o governo, e porque este se justifica, e também, porque (e se) pode colocar um projeto de Reforma do Estado, de reconstrução nacional e de modernização.

“Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração”<sup>23</sup> (MELLO, 1998a).

A invocação dos Três Poderes, o diálogo aberto com as autoridades, a referência ao Congresso, já vistos acima e também uma referência ao passado de Collor como “caçador de marajás” e representante de sua geração, expressam a maneira como este buscou romper com o passado e projetar o futuro (modernização).

Busca-se estabelecer aqui alguns rompimentos com articulações que os adversários de Collor de Mello tentaram fazer dele durante a campanha, em especial a de político inexperiente (jovem) e representante de um Estado pouco expressivo (Alagoas) e também a de que não possuía bagagem política suficiente para governar a Nação pela pouca penetração de seu partido, o PRN (Partido da Reconstrução Nacional) na vida política e social do País.

Observe-se aqui algo interessante. O partido e o projeto de Collor de Mello possuem uma nomenclatura e uma sigla bastante próximas, numa clara tentativa de estabelecer uma equivalência entre ambos. Portanto, o Projeto de Reconstrução Nacional tem um partido, uma estrutura política por trás de si, no entanto isto é silenciado, não é articulado, e o objetivo aqui é bastante claro, como bem destaca Moritz (1996) – durante a campanha Collor de Mello buscou construir-se como *outsider* da política, numa tentativa clara de estabelecer o que a autora chamou de "discurso de ruptura".

---

<sup>23</sup> Grifo meu.

Esta articulação oblitera que Collor de Mello era político com fundas raízes no passado com o qual tencionou estabelecer um rompimento, pois foi prefeito nomeado (“biônico”) de Maceió-AL entre 1979 e 1982 pela Aliança Renovadora Nacional<sup>24</sup>, foi deputado federal constituinte pelo PDS de Alagoas entre 1982 e 1986, votou em Paulo Mauf na eleição indireta que levou Tancredo Neves à Presidência da República, teve uma meteórica e conturbada passagem pelo PMDB exatamente no período da Aliança Democrática (PMDB e PFL<sup>25</sup> quando foi governador eleito de Alagoas)<sup>26</sup>. Outro silenciamento é que, se sua plataforma neoliberal tinha, ao menos, pontos em comum com outros candidatos (Guilherme Afif Domingos – PL e Paulo Salim Maluf – PDS, por exemplo), Collor não foi reconhecido, ao menos inicialmente, por todos os que desposavam o projeto neoliberal como o detentor do capital político<sup>27</sup> mais capacitado para implementá-lo. O discurso é uma tentativa de construir este capital.

Assim é que a articulação silencia que o Partido da Reconstrução Nacional foi construído às pressas para dar suporte à candidatura e ao projeto de Collor de Mello, reunindo políticos oriundos dos partidos comunistas de Alagoas e ex-opositores de Collor de Mello (Renan Calheiros) a outros poucos de igual expressão, o que também omite que o governo por si só encontraria pouco respaldo ou dificuldades com o Congresso (daí a articulação feita sobre ele e sobre os partidos) e que teria de dialogar, compor com a estrutura política com a qual quis romper.

Assim também a eleição e a posse são entendidas como os dois momentos nos quais se dá a ruptura com o passado. “**Minha**<sup>28</sup> eleição retrata e confirma as liberdades cívicas” (MELLO, 1998a). Há um personalismo extremado nestas frases. Ele, o presidente, é quem levará à Canaã, à terra prometida, pois a eleição marca o rompimento com o passado ruim e autoritário.

Busca-se no passado também uma referência moral e ética para justificar o governo, do que dá também prova a frase: “a política como nobre forma de servir à comunidade” (idem). O discurso constrói a imagem do presidente como alguém moralmente correto, impoluto.

---

<sup>24</sup> ARENA, partido de sustentação ao Regime Militar. Posteriormente, com a reforma partidária do final dos anos 70 e início dos 80, o partido mudou seu nome para Partido Democrático Social (PDS), depois Partido Progressista Brasileiro (PPB) e, atualmente, Partido Progressista (PP).

<sup>25</sup> Partido da Frente Liberal, formado como dissidência do PDS para garantir governabilidade ao governo de Tancredo Neves que sucederia os militares, finalizando a transição democrática de forma pactuada.

<sup>26</sup> Uma boa descrição da biografia de Fernando Collor de Mello e dos principais atos que cercaram seu governo pode ser encontrada em Lattman-Welltman, Dias e Carneiro(1994), Krieger, Novaes e Faria(1992) e Conti (1999). Uma apresentação das principais medidas tomadas com relação à Reforma do Estado está feita nos capítulos 4, 5 e 6 de minha Tese de Doutorado (Alves 2004).

<sup>27</sup> Como o dominante do campo político, tal como Bourdieu (2000) propõe, portanto.

<sup>28</sup> Grifo meu.

O mesmo acontece através do referenciamento tanto à “caça aos marajás” (moralização) quanto às péssimas condições e econômicas enfrentadas pelo País:

“Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absentéismo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar” (MELLO, 1998a).

Há uma diferença importante a salientar quando se compara o Pronunciamento de Posse com os demais. No primeiro o governo é essencialmente personificado e, decorrido um ano, o sujeito é coletivo, ou seja, o governo é uma equipe, e isto é indicativo dos limites a que se chegou.

A enunciação da equipe de governo aponta para uma mudança radical não só na estrutura de pensamento, como também na estrutura política. Observe-se que a construção deste sujeito é cheia de sentido aqui. Não é mais o presidente o único porta-voz do futuro. Esta autoridade encontra-se agora diluída num “nós=governo” que significa presidente + ministros e secretários. A ruptura com o passado torna-se, então, uma tarefa coletiva no que diz respeito ao governo, que é novamente posicionado como o implementador das reformas:

“Senhoras e Senhores,

No último dia 16 de dezembro, falei à **Nação** sobre a confiança que devemos ter em nossa capacidade de mudar o Brasil, de buscar caminhos que nos levem a superar as dificuldades atuais<sup>29</sup> para sempre.

Falei, também, sobre as realizações do Governo nestes vinte e um meses, mostrando que estamos na direção correta, perseverando na luta para reconstruir o País” (MELLO, 1998d).

Nela, a presença do pronome “*nossa*” qualificando a capacidade de mudar o Brasil é que dá a idéia de que o governo e a Nação têm capacidade de mudar o

---

<sup>29</sup> O Produto Interno Bruto caíra aproximadamente 4 pontos percentuais desde 1990, que a inflação estava num patamar superior a 20% ao mês, que o confisco da poupança tumultuara a vida da população sem o competente reflexo no dinamismo da atividade econômica, em resumo, que o projeto modernizador tencionado e implementado por Collor de Mello apresentava, até agora, resultados pífios ou negativos.

Brasil. Nenhum dos insucessos é, ou não deveria ser, empecilho para a implementação do Projeto de Reconstrução Nacional.

Ao contrário, as privatizações, os CIACS, o Projeto Minha Gente e as demais realizações do governo estão “na direção correta”, ou seja, “perseverando na luta para a reconstrução do país” (MELLO, 1998d) para implementar o que a Nação desejava e já havia referendado, e também a ruptura social e discursiva tencionada desde o momento da Posse.

Perseverar é uma referência ao trabalho do atleta, que o presidente atribuiu a si. Portanto, a noção que se quer construir é a de que equipe de governo e Nação assim o são, reforçando vínculos entre ambos, e também a idéia de que são os implementadores da Reforma do Estado e da reconstrução nacional.

Quem é a Nação, no entanto? Novamente, é algo vago. Veja-se a seguinte construção como exemplo: “o nosso povo sabe agora quais são os requisitos para uma economia eficiente<sup>30</sup>, capaz de promover o desenvolvimento, de prover as necessidades de progresso social e de competir nos mercados externos” (MELLO, 1998d). Todos fazem parte do povo, ou seja, a Nação é aquela que “sabe o que quer”, tal como definido nos pronunciamentos anteriores, e referenda os passos do governo, pois este e o povo estão na direção correta, perseverando, ou seja, a braços com dificuldades, mas sem desistir, da luta pela implantação do Projeto de Reconstrução Nacional.

Isto leva à conclusão de que se busca aqui reforçar a seguinte posição: as ações do governo estão em compasso com o desejo do povo que referendou democraticamente o Projeto de Reconstrução Nacional. Este, então, é o pautador da agenda de transformações.

Se, à época do Pronunciamento de Posse, esta ação envolvia resgatar a cidadania, a maneira como os direitos sociais eram vistos e implementados e reformar o Estado, como as ações do governo são colocadas como caminhando neste sentido, cabe à Nação e ao governo cooperarem entre si.

O objetivo do primeiro pronunciamento é aqui também recolocado, pois A Nação continua sendo o objeto do resgate que o governo quer proceder: “tenho afirmado com frequência que nenhum Governo, por si só, pode salvar uma Nação. As nações salvam-se a si mesmas” (MELLO, 1998d). A presença da expressão “por si só” indica que o governo está enfrentando dificuldades no sentido de concretizar seu principal objetivo, e repete algo que já estava presente anteriormente: que a modernização é uma obra coletiva, mas que a Nação é composta por aqueles que querem realizá-la e mudar o País, construção já feita no início do ano.

---

<sup>30</sup> “Eficiente” é um adjetivo dado à economia social de livre-mercado, ao neoliberalismo, portanto.

Assim, é mister superar as dificuldades que, conforme está colocado no item 3, o presidente entendeu como sendo da ordem de formar o consenso, a “vontade coletiva”.

Por outro lado, o governo é situado como democrático, pois postula ser necessário reconhecer os limites da democracia (*vide* citação à p. 12) para a ação governamental. Então, ele é entendido como não-arbitrário, portanto, que atua dentro da lei e respeitando os direitos sociais, conseqüentemente, ao contrário, do que colocava a oposição. Desta forma, reitera-se que a democracia é uma conquista e um pilar do governo Collor de Mello, e mais, na visão passada, é concomitantemente também a barreira e o mote para atingir o consenso.

Vem daí a proposta fundamental de formá-lo, o que está em processo e que se constrói a idéia de que a sociedade está persuadida de que o governo é o representante da democracia, dos direitos, da liberdade e da cidadania, e que suas ações são boas, que a democracia está firme, consolidada. A ideologia que se procura formar e passar é a de que o governo é o grande responsável pela realização destas mudanças.

A intenção em chamar em conjunto a sociedade brasileira a debater o que o governo propõe é fazê-la sujeito do governo também, à semelhança de como quando se constrói a Nação, mas, sobretudo, visa convocar todos a debaterem a agenda que o governo colocava e para dizer que os temas que este colocava em pauta eram as questões e os interesses nacionais, em nome dos quais, conforme está presente nos capítulos anteriores, se deve abnegar de posições pessoais, políticas, partidárias e ideológicas, permitindo que o governo seja o único pautador da agenda.

## **6 - A oposição :**

Se assim o governo se definiu e definiu seu projeto, falta falar agora dos opositores, as elites. Há muito pouca referência a eles. Em pouquíssimos parágrafos ao longo de seus pronunciamentos, e que podem ser sintetizados no trecho abaixo, o presidente diz:

“E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil” (MELLO, 1998a).

Como esta articulação foi tentada nos anos posteriores, e a intenção então é construir o conceito de que não ocorreram manifestações contrárias às privatizações, à Reforma Administrativa, à política econômica, e como as

políticas sociais foram conduzidas por seu governo, à implementação da Reforma do Estado e da reconstrução nacional.

Desta forma, ele busca deslegitimar as ações de quem está contestando o governo, quer seja apelando à Justiça (que já foi considerada como aliada), quer seja fazendo passeatas contra as privatizações, ou de qualquer outra forma. São, então, ainda ecos do projeto **“doentio”**<sup>31</sup>, **“estranho”**, **“insólito”**<sup>32</sup>, das elites ao qual o **povo** se opõe. Desta forma, “A cidadania prefere o caminho da paz” (idem).

A oposição é também anti-democrática e não sabe fazer política: “Insisto: fazer política é buscar unir e não dividir” (MELLO, 1998b), portanto é buscar o entendimento, o consenso ao qual a oposição é contrária. Há, no entanto, dentro da maneira como a oposição foi construída, nos pronunciamentos de 1992, dadas as circunstâncias do *Impeachment*, um aspecto que merece destaque. Trata-se da maneira como as denúncias que a imprensa vinha publicando, em especial as de seu irmão Pedro Collor, foram vistas:

“A imprensa tem-se valido da absoluta liberdade de informação, conquistada com a democracia<sup>33</sup>, para fazer críticas e denúncias de todo tipo” (MELLO, 1998d). Com isto, então, ela é tributária das conquistas do governo Collor, e, em sendo assim, deve permanecer alerta na fiscalização do poder público, sem, contudo, deixar-se levar por interesses pessoais e mesquinhos<sup>34</sup>.

Essa vigília permanente, estabelecida em padrões de convivência civilizada, é um dos principais instrumentos dos cidadãos para o fortalecimento da democracia” (MELLO, 1998d). A “vigília” da imprensa deve estar “estabelecida em padrões de convivência civilizada”. Esta idéia expressa nos pronunciamentos é a de respeito à lei e à ordem, portanto, mais uma vez, de conquistas que vieram com o advento do governo.

Este vigiar constante, como quem perde o sono, ou como o soldado que guarda o acampamento das surpresas do inimigo, deve estender-se ao fiscalizar atentamente os homens públicos, sendo a imprensa um instrumento do cidadão para o fortalecimento da democracia, o que foi colocado como um dos objetivos e conquistas do governo, portanto, a imprensa deve continuar a ser uma aliada deste, e, por isto, conseqüentemente, não deve servir a interesses particulares, sendo isenta, e comportando-se de maneira cívica, civilizada, portanto.

Neste sentido, cabe aqui observar que a imprensa foi opositora moral, porém não ideológica do governo, pois criticou a maneira como o governo se

---

<sup>31</sup> Qualificação presente no Pronunciamento de Posse.

<sup>32</sup> Grifos meus para marcar algumas expressões que denotam a colocação da oposição como atrasada, ligada ao passado e pouco afeita aos interesses da Pátria. A frase foi retirada do pronunciamento do dia 18/02/91 (MELLO, 1998b).

<sup>33</sup>

<sup>34</sup> Grifo meu. Tal como Collor de Mello tentou construir que a posição de seu irmão era.

portou como implementador do neoliberalismo, porém não se opôs ideologicamente a este<sup>35</sup>.

A articulação tecida em torno da ação da imprensa silencia que esta teve um destacado papel na oposição ao Regime Militar (onde passou por um severo processo de censura) e na conquista da democracia.<sup>36</sup>, em sua eleição<sup>37</sup>, e na propagação de ideais liberais no País.

Discursivamente o que foi feito foi desconstruir, deslegitimar a visão de quem o significava como corrupto. Daí não apenas o reafirmar do compromisso com a moralidade, como também o construir a idéia de que a prova desta reafirmação se dá e com a punição dos culpados, e com a ampliação dos mecanismos de controle.

Construindo estas articulações, o que é composto é que atos isolados de membros do Poder Executivo, inclusive de membros da equipe de governo, e do líder do partido do presidente na Câmara, e até mesmo da primeira-dama e de sua família, não podem ser confundidos com as ações do governo em si e são passíveis de punição. Tanto esta formulação quanto às de que as denúncias seriam apuradas a qualquer custo<sup>38</sup>, bem como a de que seu irmão havia agido movido por interesses e rancores pessoais, são a forma como o presidente procurou deslegitimar as posições contrárias e fazer com que a moral continuasse sendo vista como um dos esteios de seu governo.

## 7. O *Impeachment*: “A Visão de quem viveu o fato”

Como complemento às análises feitas, apresenta-se agora a análise de um artigo escrito após o *Impeachment*, pois este mostra tentativas de fixação e também rupturas significativas. Cabe ressaltar que todas as articulações tencionadas sofrem um processo de tentativa de continuidade no discurso de Collor de Mello.

“Durante alguns minutos, talvez trinta, quarenta, rendi-me às recordações de minha infância, da adolescência no Colégio São José, no Rio de Janeiro, dos conselhos de meu pai (“no exercício da política, meu filho, é fundamental ter três coisas – paciência, paciência, muita paciência”, dizia-me), das lutas em Alagoas, do processo arrebatador que me levou ao Planalto, da agonia de minha mãe no leito do hospital, da expressão assustada de meus filhos, das decisões que tomei naquele gabinete, finalmente deserto, escuro, silencioso. Inerte, à janela, contemplando o nada,

<sup>35</sup> Esta idéia está melhor desenvolvida e argumentada em minha dissertação de Mestrado (Alves, 1997).

<sup>36</sup> A este respeito, ver Almeida (1992), Mesquita (1981)

<sup>37</sup> O tema foi bastante abordado por Conti (1999) e Lattman-Welltman, Dias e Carneiro (1994).

<sup>38</sup> Assim seguidas vezes o presidente se pronunciou.

tentava ouvir o silêncio. Mas o que ouvi, de repente, foi um ruído surdo, um rumor de multidão, que saía do plenário da Câmara dos Deputados, chegava aos manifestantes e logo se espalhava, misturando-se a buzinas de automóveis. Percebi naquele momento que o *Impeachment* havia sido aprovado. Continuei em pé, imóvel. Era o fim”. (MELLO, apud CONTI, 1999, p. 667-668).

Este trecho marca o significado do *Impeachment* para o presidente: a memória de seu pai, a idéia de paciência, o recordar da campanha e de todo o processo vivido até então são metáforas do governo. A expressão “era o fim”, assim como posteriormente a lacônica carta-renúncia<sup>39</sup>, denotam então que, em sua visão, o governo, e conseqüentemente tudo o que este representava, chegara a termo, não havendo mais continuidade do Projeto de Reconstrução Nacional e do que este representava.

Conclui-se que o processo de *Impeachment* é entendido e passado como uma reversão de tudo o que se vivera até então. A frase que inicia o artigo *A Visão de Quem Viveu o Fato* também coloca isto bem: “quem me arrancou da Presidência foram aqueles setores que se viram contrariados pela minha ação de governo” (MELLO, 1998e).

O presidente, parte da equipe ministerial<sup>40</sup> e sua base político-partidária procuraram então construir esta idéia no momento da votação da licença para o impedimento e também após a renúncia. Assim é que *arrancar* significa extrair algo que está firmemente enraizado, preso ao solo, a um tecido ou a algum outro corpo, portanto, Collor de Mello é colocado como estando preso à Presidência da República, ao governo e a tudo o que ele representava, e de lá fora extraído, o que, na visão passada, é uma violência, um eco do passado.

Por isto as investigações promovidas pelo Poder Legislativo e pela Polícia Federal, bem como as manifestações da sociedade civil e do Poder Judiciário, foram classificadas como um “golpe” que resultou “por destruir uma Presidência legítima”<sup>41</sup>.

Adquiram importância, então, algumas frases nas manifestações pró-*Impeachment*: os riscos verdes e amarelos dos caras-pintadas e uma série de locuções demandando que o presidente devolvesse (com dois eles, um verde e outro amarelo) as cores do país que se sentia ultrajado por seu governo, o que

---

<sup>39</sup> O texto da carta foi o seguinte: “levo ao conhecimento de Vossa Excelência que, nesta data e por este instrumento, renuncio ao mandato de presidente da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989”.

<sup>40</sup> Os ministros que compunham a “tropa de choque” disseram-se certos da ilibação do presidente.

<sup>41</sup> Na verdade, os opositores receberam qualificações muito mais deletérias. Quem denunciava e apurava as denúncias de imoralidade é tido então como passível de descrédito porque está caluniando, ou é decrépito, ou fraco (“cagão”, “bundão”), ou preso ao passado, ou também é corrupto, ou ainda praticante de canalhices. Nesta visão, portanto, o espectro da imoralidade sorrateiramente projetava sua sombra sobre a Nação.

permite então concluir que maioria da sociedade, já que apenas 5,1% da população apoiava Collor de Mello, queria estabelecer a seguinte diferença: Collor de Mello (Governo) Nação, colocando, portanto, que o governo não mais ocupava a posição social e discursiva que tencionava.

As denúncias e investigações que levaram ao *Impeachment* fizeram com que este eixo de sustentação do governo como baluarte da retidão ruísse, sendo esta não propriamente uma oposição ideológica que o governo mais sofreu durante o processo de *Impeachment*. Discursivamente ele foi construído através da exploração do combate aos “marajás”, ao governo Sarney, à inflação, ao Estado Esbanjador e a toda a injustiça que este representava.

As investigações que levaram ao *Impeachment* permitem construir a seguinte equivalência: COLLOR DE MELLO = GOVERNO = IMORALIDADE. Portanto, = INJUSTIÇA = PASSADO = ELITES. Esta equivalência, e também aquela onde se coloca que Nação e governo e são diferentes, permite diagnosticar que este havia perdido sua posicionalidade.

Em sendo assim, a colocação, de que tudo não passava e não passou de uma “campanha difamatória” feita pela elite contrariada, é a tentativa de reconstruí-la.

O que a articulação feita em torno do *Impeachment* silencia é exatamente o rompimento dos pilares discursivos e sociais de sustentação do governo e da construção dos sujeitos tencionada por este. Por isto silencia. Silencia sobretudo que o movimento que levou ao processo de impedimento que culminou na renúncia de Collor de Mello foi da sociedade como um todo, do sujeito que o governo buscou construir e assujeitar, ou seja, oblitera o rompimento da ruptura que este buscou estabelecer. As pesquisas desenvolvidas confirmam *in totum* as hipóteses levantadas e a construção dos sujeitos e da mensagem mostra a constituição do espaço de lutas. Sobre isto vale ressaltar que, como o rompimento com o governo foi mais moral do que político, aponta-se para um possível sucesso por parte de Collor de Mello e dos setores que este representava na fixação do sentido de que o neoliberalismo era algo bom, adequado às necessidades do País, em especial no que diz respeito à questão do Estado e de sua Reforma, e, desta forma, esta teve melhores condições de avançar nos governos subseqüentes tendo em vista que os quesitos elencados por Sola (vide p 6) foram ao menos parcialmente alcançados com as medidas tomadas pelo governo e com as práticas articulatórias construídas em torno desta e do Estado precedente, resultando principalmente na criação do campo ideológico favorável às reformas e na incorporação, ainda que parcial, de alguns sujeitos (hegemonia), o que, se não se traduziu em sua interpelação, ao menos aponta para isso.

#### **BIBLIOGRAFIA:**

1. ALMEIDA, M.H.T de - *Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política*. São Paulo: Sumaré, 1992.

2. ALVES, G. B. Jornais de São Paulo: A Crise das Políticas Públicas no Brasil Vista Por Seus Editoriais (1989-1993). 1997. 180 f. *Dissertação (Mestrado)*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Unesp, Araraquara, São Paulo, 1997.
3. ALVES, G. B. Discurso de Reforma do Estado no Governo Collor. *Tese (Doutorado)*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível para acesso e download em: < [http://www.biblioteca.ufrgs.br/biblioteca\\_digital/2005-1/tese-csh-411943.pdf](http://www.biblioteca.ufrgs.br/biblioteca_digital/2005-1/tese-csh-411943.pdf)>.
4. BELLAMY, R. *Liberalismo e sociedade moderna*. São Paulo: UNESP, 1994.
5. BARROS, R.S.M de. *O significado do liberalismo atual: uma controvérsia brasileira*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1998.
6. BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1998.
7. \_\_\_\_\_ - *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2000
8. BRESSER PEREIRA, L. C. A reforma do Estado nos anos 90: Lógica e mecanismos de controle. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, CEDEC, n. 45, 1998a.
9. \_\_\_\_\_. *Reforma do Estado para a Cidadania: A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional*. São Paulo: 34; Brasília: ENAP, 1998b.
10. BRESSER PEREIRA, L.C, WILHEIM, J, SOLA, L (orgs.) *Sociedade e Estado em Transformação*, São Paulo, Editora UNESP, Brasília, ENAP, 1999
11. CONTI, M. S. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
12. CRUZ, S. C. V. Alguns Argumentos sobre Reformas para o Mercado. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, São Paulo, CEDEC, n. 450, 1998.
13. DRAIBE, S. M . As políticas sociais e o neoliberalismo. *Revista USP*, São Paulo: EDUSP, n.17, 1993.
14. EAGLETON, T *Ideologia: uma introdução*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, Editora Boitempo, 1997
15. FIORI, J. L. Sobre a Crise do Estado Brasileiro. *Revista de Economia e Política*, v. 9, n. 3, p. 103-114, jul./set. 1989.
16. \_\_\_\_\_. Para Repensar o Papel do Estado sem ser um Neoliberal. *Revista de Economia e Política*, v.12, n. 1, p. 77-89, jan./mar.1992.
17. \_\_\_\_\_. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
18. FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
19. GOHN, M da G. *Conselhos gestores e participação sócio-política*. São Paulo: Cortez, 2003.
20. HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.
21. KRIEGER, G, NOVAES, L.A , FARIA, T. *Todos os sócios do presidente*. São Paulo: Scritta, 1992.

22. KUNTZ, R. O Neoliberalismo é um entegrismo, *Revista USP*, São Paulo, USP, n. 17, p. 54-62, mar., abr. e maio de 1993.
23. LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Versus, 1985.
24. LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1990.
25. LATTMAN-WELTMAN, F.; CARNEIRO, J. A. D.; RAMOS, P. A. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Fronteira, 1994.
26. MELLO, F. C. de. Pronunciamento de Posse (15/03/1990). In: *Discursos durante a presidência*. ([www.collor.com](http://www.collor.com)), 1998a.
27. \_\_\_\_\_. Pronunciamento para reunião ministerial do dia 18/02/91. In: *Discursos durante a presidência*. ([www.collor.com](http://www.collor.com)), 1998d.
28. \_\_\_\_\_. Pronunciamento no encerramento do 11º Seminário da Comissão Empresarial de Competitividade de Mercado (03/07/91). In: *Discursos durante a presidência*. ([www.collor.com](http://www.collor.com)), 1998e.
29. \_\_\_\_\_. Pronunciamento para reunião ministerial do dia 23/12/91. In: *Discursos durante a presidência* ([www.collor.com](http://www.collor.com)) 1998g.
30. \_\_\_\_\_. Artigo A Visão De Quem Viveu O Fato. In: *Discursos durante a presidência*. ([www.collor.com](http://www.collor.com)), 1998h.
31. MERQUIOR, J.G. *O liberalismo antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
32. MESQUITA, R (org.). *Em discussão o Brasil*. São Paulo: OESP, 1981.
33. MORITZ, M. L. R. de F. *A nação moralizada: a promessa eleitoral dos presidentiáveis em 1989*. 1996. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
34. \_\_\_\_\_. O Político Moralizado no Discurso de Collor e Lula na Campanha Presidencial. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, PPGPOL, n. 2, 1998.
35. MOURA, A. R. Rumo À Entropia: a Política Econômica de Geisel a Collor In: LAMOUNIER, B. (Org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.
36. NOGUEIRA, M.A *As Possibilidades da Política: idéias para a reforma democrática do Estado*, São Paulo, Paz e Terra, 1998
37. \_\_\_\_\_. *Um Estado Para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos de gestão democrática*, São Paulo, Cortez, 2004
38. PINTO, C. R. J. *Com a palavra o sr. presidente José Sarney*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
39. \_\_\_\_\_. Espaços Deliberativos e A Questão da Representação, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, EDUSC, vol 19 nº 54, 2004

40. ROCCA, C. A. O impasse do setor público no Brasil e a retomada do desenvolvimento econômico. In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.). *Crise do Estado e retomada do desenvolvimento*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
41. SOLA, L. Estado, Mercado, e Democracia. *Revista USP*, São Paulo, EDUSP, n. 17, mar., abr. e maio 1993.
42. SORMAN, G. *O Estado mínimo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1988.
43. WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. Unb. 1999.